

queira Cavalcanti e dr. Osório Cavalcanti.
21.463 — Lins — Apelante: João Rodrigues. — Apelada: a Justiça. — Por votação unânime, deram provimento parcial à apelação para reduzir a pena imposta ao réu a 16 meses de reclusão, mantida no mais a sentença. Adv. dr. Sinar da Melo Abreu.
21.485 — Santos — Apelante: Antonio Carlos Alves. — Apelada: a Justiça. — Por votação unânime, deram provimento parcial ao recurso para reduzir a pena imposta ao apelante para 20 meses e 1 dia de reclusão, mantida no mais a sentença. — Adv. dr. Newton Silva Aragão.
21.531 — São Paulo — Apelante: José Barbosa da Silva. — Apelada: a Justiça. — Por votação unânime, deram provimento à apelação para absolver o apelante. — Adv. dr. José Rosenthal Palmiera.
21.536 — Franca — Apelante: José Balduino Sampaio. — Apelada: a Justiça. — Por votação unânime, negaram provimento à apelação. — Adv. dr. Alberto Eliezer Filho.
21.537 — Jacareí — Apelante: Gabriel Cassiano da Silva. — Apelada: a Justiça. — Por votação unânime, negaram provimento à apelação. — Adv. dr. Neif Oliveira Mattar.

4.a Sub-Secretaria Auxiliar Judiciária

Recurso ex-officio
31.185 — Aracatuba — Juízo ex-officio x Dario Lorenzi. — Negaram provimento por votação unânime. — Porte Cr\$ 10,00. — Adv.: Mauricio Martins Leite, José Coelho Junior. (Publicado novamente por ter saído com incorreções).
Agravo de Petição
33.172 — São Paulo — S.A. Indústria de Oleados Plínio Rodrigues Dias x Fazenda do Estado. — Negaram provimento, por maioria de votos. — Adv.: Maria Lucia Duarte de Castro e Abgahir F. Ramos.
Agravo de Instrumento
32.896 — São Paulo — Maria Cecilia Rego Barros x Primo Foroni. — Negaram provimento, por votação unânime. — Adv.: Paulo Vallim Lobo e Gúdulo Bornacina.
Apelação
33.136 — São Paulo — José Geraldo Salgado Nunes x Guido Graciano. — Deram provimento parcial, por votação unânime. — Adv.: Carlos Casimiro Costa e Luiz Rangel de Freitas.
32.497 — Presidente Venceslau — Juízo ex-officio, Fazenda do Estado x Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho. — Determinaram remessa dos autos ao Tribunal de Justiça, por votação unânime. — Adv.: Raif Izar e Dario Novo Dias.
33.191 — Piracicaba — Martim Francisco Prado x Ivan Mak e sua mulher. — Negaram provimento por votação unânime — Porte — Cr\$ 10,00. — Adv.: Jacob Diehl Neto e Marcos Salvador Toledo Piza.
34.173 — São Paulo — Odette Bloch da Silva x Farid Massad Zorub. — Por votação unânime, conheceram do recurso como agravo de instrumento, convertendo o julgamento em diligência para os fins do artigo 847 do C.P.C. — Adv.: Victor Augusto Fassano e Felício Simão.
32.974 — São Paulo — Viação Cometa S.A. x Adisio Figueiredo dos Santos. — Deram provimento para que as custas sejam pagas em proporção, por votação unânime. — Adv.: José Brandão e Alfredo Martins dos Santos.
33.336 — Aracatuba — Filífio Batista Xavier x Ernesto Affini. — Converteram o julgamento em diligência, por votação unânime. — Adv.: Alfredo Yariá Filho e Jorge Correia.
31.671 — São Paulo — João Sanchez Maya x Orlando Augusto de Toledo. — Deram provimento parcial, por votação unânime. — Advogados: Idel Aronis e Justino J. da Silva.
Apelação
3.171 — São Paulo — Juízo ex-officio, Fazenda do Estado x Luiz Carlos dos Santos. — Deram provimento aos recursos, por votação unânime — Custas Cr\$ 650,00. — Adv.: Julio Scantimburgo e Adolpho Martinelli.
Agravo de Petição
32.187 — São Paulo — Juízo ex-officio, Fazenda do Estado x Emboras Unidas Paulistas de Propaganda Ltda. (em transformação para Provepa — Cia. Paulista de Promoções e Vendas) — Converteram o julgamento em diligência, por votação unânime — Adv.: Otavio A. Machado de Barros e Luis de Andrade Pina Massariol.
33.716 — Botucatu — Antonio Arnaldo x Prefeitura Municipal de Botucatu. — Converteram o julgamento em diligência para fins constantes do artigo 847 do C.P.C. por votação unânime. — Porte Cr\$ 13,00. — Adv.: Agostinho José Rodrigues Torres.
33.644 — Mogi Mirim — Prefeitura Municipal de Mogi Mirim x Antonio Colucci e outros. — Con-

verteram o julgamento em diligência, por votação unânime. — Adv. B. Macario de Mattos e Rogério Luiza Tucci.
33.883 — Cajuru — Juízo ex-officio, Prefeitura Municipal de Sto. Antonio da Alegria x João Benedito de Paiva. — Converteram o julgamento em diligência por votação unânime. — Porte Cr\$ 10,00. — Adv.: José Gonçalves dos Reis, Flavio Rocha.
33.725 — São Caetano do Sul — A "Transatlantica" Cia. Nacional de Seguros e Lazaro dos Santos. — Determinaram remessa dos autos ao Tribunal de Justiça, por votação unânime. — Adv.: Nino Deusimist da Silva e Felton Ayres de Abreu.
33.484 — Ubatuba — Ordião Diogo dos Santos, inventariante do espólio de Ana Francisca dos Santos x Juízo. — Por votação unânime, converteram o julgamento em diligência. — Adv.: Sebastião de Almeida.
31.355 — Santos — Juízo ex-officio, Fazenda do Estado x Nicolau Caetano Pizarro Filho — Converteram o julgamento em diligência, por votação unânime. — Adv.: Quintino Ferreira Millas e Bento Feliciano Alves.
31.061 — São Paulo — Juízo ex-officio, Fazenda do Estado x Oscar Padovani e outros. — Negaram provimento aos recursos, por maioria de votos. — Adv. Juve-

nal de Oliveira Romão e Sauid Malut.
32.148 — São Paulo — Aristides Ricardo Leite e outros x Fazenda do Estado. — Por votação unânime, suscitaram dúvida quanto à competência, perante a Eregia Seção Civil do Tribunal de Justiça. — Adv.: Francisco Olegario Pereira Job e Orestes de Almeida Guimarães.
Agravo de Petição
33.372 — São Paulo — Seguradora Indústria e Comercio S.A. x Raymunda Alves Pereira e outra (beneficiárias de Onésio Alves Pereira). — Negaram provimento, por votação unânime. — Custas Cr\$ 283,50. — Adv.: Ruy Barbosa Bento Vidal e Vicente Paulo Lemos.
Embargos Infringentes
31.058 — São Paulo — Fazenda do Estado x Francisco dos Santos — Rejeitaram, por maioria de votos. — Adv.: Mauro Meirelles dos Santos e Luiz Moitinho Doria.
29.573 — São Paulo — Israel Machado Neto x João Furlan. — Rejeitaram, por maioria de votos. — Adv.: Evandro Silveira e Antonio Tolozé de Oliveira Costa.
27.084 — São José do Rio Preto — Adolpho Bortoluzzo e outros x Fernando Buesi. — Receberam, por maioria de votos. — Porte Cr\$ 40,00. — Adv.: Boaventura Nogueira da Silva e Alberto José Ismael.

Revista
25.599 — São Paulo — Oscar Perez da Fonseca x Fazenda do Estado. — Julgaram improcedente, por maioria de votos. — Adv.: Sylvio Renato Ricardino e Maria Lucia Duarte de Castro.
Recurso Ex-Officio
33.747 — Santa Branca — Juízo Ex-Officio x João Ribeiro do Couto. — Negaram provimento, por votação unânime. — Porte Cr\$ 10,00. — Adv.: Renato Rosa Siqueira e Fazenda.

SECCAO VII
INTIMAÇÃO DE DESPACHOS

2.a Sub-Secretaria Auxiliar Judiciária
Agravo de Petição n. 31.971 de São Paulo — Agravantes, Cia. Gaspar Gasparian Industrial e outras — Agravada, Fazenda do Estado. Admito o recurso interposto a fls. 70, cujo processamento determino. Tome-se por termo. São Paulo 4 de março de 1960. (a) Paulo Otaviano — Presidente do Tribunal de Alcada. — Adv.: Sergio Pecci e Maria Lucia Duarte de Castro.
Apelação Civil
N. 33.764 de São Paulo — Recorrente, Juízo "ex-officio" — Apelante, Fazenda do Estado. — Apelados, Miguel Prado e outro. Abra-se vista ao Departamento Jurídico do Estado. São Paulo, 27 de

fevereiro de 1960. (a) Lafayette Salles. — Adv.: Mauro Meirelles dos Santos e Luiz Moitinho Doria.
N. 34.472 de São Paulo — Apelante, Paschoal Plastino — Apelada, Elvira Manni Azeias. Diga a parte contrária, em 3 dias. São Paulo, 7 de março de 1960. (a) Flavio Torres. — Adv.: Alvaro Silva e Agostinho C. Pontedeiro.
Agravo de Petição n. 31.792 de Guaratubaceta — Recorrente, Juízo "ex-officio" — Agravante, Fazenda do Estado — Agravados, Altino Garcia Ribeiro e outros. Diga as partes sobre a informação de fls. 30, no prazo legal. S. Paulo, 4 de março de 1960. (a) Acacio Rebouças. — Adv.: Olavo Fernandes e Nazem Seraphim.
Apelação Civil
N. 34.306 de São Paulo — Apelantes e apelados: Espólio de Antonio Simões Cúcio e Eugenio Domingos Greco — Informe o apelante Eugenio Domingos Greco, no prazo de 3 dias, sobre o julgamento do seu recurso, na ação executiva que lhe moveu Augusto Simões Cúcio, juntando certidão. São Paulo, 5 de março de 1960 — (a) Flávio Torres. — Advogados: Rubens Guedes Hunziker e Raphael Oliva.
N. 33.695 de Santos — Apelante: Vito Michele de Dorato (que também se assina Miguel de Dorato) — Apelados: Justino de Freitas e sua mulher — Fls. 59 — Processen-se os embargos, abrindo-se vista, oportunamente, ao embargado. São Paulo, 3 de março de 1960 — (a) Médici Filho. — Advogados: Edmundo Tourinho e Sanny Rachmann.
N. 27.167 de São Paulo — Apelantes: Isaac Mandelbaum e outro — Apelada: Wanda Livia Manfredini — Sejam os embargos processados. São Paulo, 22 de fevereiro de 1960 — (a) Azevedo Franceschini. — Advogadas: José Kignel e Tarquinio Giglio.
Embargos Infringentes
N. 32.111 de São Paulo — Embargantes: Pedro Mazzini e sua mulher — Embargado: Departamento de Estrada de Rodagem — No tocante ao recurso de Pedro Mazzini e sua mulher, a conclusão do voto que li na assentada de julgamento foi a seguinte: "De se prover, assim, a apelação para que, fixada em execução a época da ocupação das terras, sejam os juros contados a partir dessa ocasião. Consequentemente dar também provimento para que as custas fiquem todas a cargo da expropriante." (Voto n. 393-TA). — São Paulo, 20 de fevereiro de 1960 — (a) Azevedo Franceschini. — Advogados: João Sampaio Meirelles e Adir Villela Ferreira.
Apelação Civil
N. 31.836 de Pitangueiras — Apelante: Alfredo da Silva — Apelados: Jaroslav Hruska e sua mulher — A certidão de fls. 66 não é data venia, suficiente, pois através dela não se chega a saber o que ficou julgado na ação de cobrança da venda. Solicito ao eminente relator que faça instruir os autos com o teor da sentença confirmada contra os réus pelo Egr. Tribunal de Justiça; e que, sobre os novos elementos de instrução, se dê vista à parte contrária para se manifestar. São Paulo, 4 de março de 1960 — (a) Acacio Rebouças. — Advogados: Leonidas Campos e Antonio Strain Sobrinho.
N. 28.572 de São Paulo — Apelante: Manoel Antonio de Jesus — Apelado: Antonio Pires de Albuquerque — Apesar de regularmente citado, manteve-se o ora recorrente Manoel Antonio de Jesus revel na ação ordinária, de indenização, que lhe moveu Antonio Pires de Albuquerque. Preferido, no entanto, a sentença de fls. 12, surgiu ele a fim de apelar, o que fez, sem êxito, porém, visto que o resp. acórdão de fls. 36 manteve a decisão de Primeira Instância. Vem agora o aludido Manoel Antonio de Jesus com o recurso extraordinário de fls. 37, com anexo no inciso "d" do artigo 101, III da Constituição Federal, a dizer tenha o v. aresto recorrido discernido na interpretação do direito federal, de outros julgados de diferentes tribunais do país, enumerados em sua petição. Deigo, porém, seguimento ao apelo excepcional em arreço. Limitou-se o v. acórdão a ponderar que, exibido o contrato entre as partes e acusado o réu de haverlo descumprido, aliás, sem contradita sua, estava o autor dispensado de comprovar a infração alegada. Tinha ele por si, uma vez que se estribava em documento escrito, o disposto no art. 209 do C. Processo Civil, segundo o qual — "o fato alegado por uma das partes, quando a outra o não contestar, será admitido como verdadeiro, se o contrário não resultar do conjunto das provas" (fls. 36). Esse v. aresto não pode sofrer confronto com os alinhados pelo recorrente, visto que de modo algum entendeu equívoco a revelação do réu à sua confissão, e assim não conflita com os acórdãos indicados sob os ns. 1, 4 e 7, onde sustentada a tese verdadeira, mas, incontroversa, de que "a re-

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO
FOLHETOS E SEPARATAS À VENDA

Compras a dinheiro: à Rua da Glória n. 346 — Compras mediante empenho: apresentar a Nota de Empenho à Rua da Glória n. 358 e retirar o material à Rua da Glória n. 893

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Promulgada em 9 de julho de 1947 25,00

ASSISTÊNCIA MÉDICA ESCOLAR — DIVULGAÇÃO DE HIGIENE ESCOLAR — (Dr. Francisco Figueira de Melo) 6,00

MANUAL DO DEPUTADO

Contendo:

- I — Constituição Federal
- II — Emenda Constitucional n. 1, de 26 de dezembro de 1950
- III — Constituição Estadual
- IV — Emenda Constitucional de 1.º de agosto de 1950
- V — Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado
- VI — Lei Federal n. 211, de 7 de janeiro de 1918 — (Regua os casos de extinção dos mandatos dos membros dos cargos legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios)
- VII — Lei Federal n. 1.079, de 10 de abril de 1950 — (Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento)
- VIII — Lei Federal n. 1.164, de 24 de junho de 1950 — (Substitui o Código Eleitoral)
- IX — Lei Federal n. 1.430, de 12 de setembro de 1951 — (Modifica o § 2.º do artigo 66 da Lei n. 1.164, de 24 de julho de 1950 — Código Eleitoral)
- X — Lei Estadual n. 1, de 18 de setembro de 1947 — (Dispõe sobre a organização dos municípios)
- XI — Lei Estadual n. 175, de 21 de outubro de 1948 — (Altera o artigo 53 da Lei n. 1, de 18 de setembro de 1947)
- XII — Lei Estadual n. 1.174, de 21 de agosto de 1951 — (Dá nova redação aos artigos 22, 23, 47 e 48 da Lei n. 1, de 18 de setembro de 1947 e dá outras providências) 80,00
- LEI N. 4.060 (14 de junho de 1951) — Institui normas relativas a admissão, direitos, deveres e responsabilidades dos extranumerários, diaristas e tarefeiros (Prefeitura de São Paulo) 6,00
- REPERTÓRIO FISCAL (Suplemento de 1937 e 1940) 65,00
- TERRAS DEVOLUTAS ENTRE OS BENS PUBLICOS PATRI-MONIAIS — (M. P. de Siqueira Campos) 7,00



Pelo Correio — Porte mediante consulta prévia — Nos cheques, vales ou ordens enviados não devem constar nomes ou cargos mas apenas:

Imprensa Oficial do Estado

Esta repartição não pode fazer fornecimentos pelo serviço de reembolso postal

(13.11.59)